

MESA DIRETORA

FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO - PRESIDENTE

FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA
1ª VICE-PRESIDENTE

GERSON CHAGAS
2º VICE-PRESIDENTE

FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA
3º VICE-PRESIDENTE

JALSER RENIER PADILHA
1º SECRETÁRIO

REMÍDIO MONAI MONTESSE
2º SECRETÁRIO

ERCI DE MORAES
CORREGEDOR GERAL

MARCELO CABRAL
3º SECRETÁRIO

NALDO DA LOTERIA
4º SECRETÁRIO

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Deputado Zé Reinaldo
Deputado Flamarion Portela
Deputado Jalsler Renier
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Chicão da Silveira
Deputado Coronel Chagas
Deputado Brito Bezerra

Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos

Deputado Jean Frank
Deputado Soldado Sampaio
Deputado Coronel Chagas
Deputado Dhiego Coelho
Deputado Remídio Monai

Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Deputado Joaquim Ruiz
Deputado Marcelo Natanael
Deputado Remídio Monai
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Zé Reinaldo

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Deputado Brito Bezerra
Deputado Marcelo Natanael
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Flamarion Portela
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Ionilson Sampaio
Deputado Zé Reinaldo

Comissão de Defesa do Consumidor

Deputado Rodrigo Jucá
Deputado Coronel Chagas
Deputado Jânio Xingú
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Soldado Sampaio

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural

Deputado Gabriel Picanço
Deputado Erci de Moraes
Deputado Naldo da Loteria
Deputada Ângela Águia Portella
Deputado Brito Bezerra
Deputado Marcelo Cabral

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Deputado Jânio Xingú
Deputado Dhiego Coelho
Deputado Jalsler Renier
Deputado Soldado Sampaio
Deputado Erci de Moraes
Deputado Coronel Chagas

Comissão de Ética Parlamentar

Deputado Marcelo Natanael
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Ionilson Sampaio
Deputada Ângela Águia Portella
Deputado Joaquim Ruiz
Suplentes:
1º - Deputado George Melo
2º - Deputado Rodrigo Jucá

Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Deputado Mecias de Jesus
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Erci de Moraes
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Chicão da Silveira

Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra
Deputado Jalsler Renier
Deputado George Melo
Deputado Jean Frank
Deputado Rodrigo Jucá

Comissão de Viação, Transportes e Obras

Deputado Flamarion Portela
Deputado Remídio Monai
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Naldo da Loteria
Deputado Marcelo Natanael
Deputada Ângela Águia Portella

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Deputada Ângela Águia Portella
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Jânio Xingú
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Dhiego Coelho

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Deputado Soldado Sampaio
Deputado Marcelo Cabral
Deputado George Melo
Deputado Erci de Moraes
Deputado Flamarion Portela

Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL

Deputado Dhiego Coelho
Deputado Rodrigo Jucá
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Naldo da Loteria
Deputado Remídio Monai

SUMÁRIO

Atos Administrativos

Resoluções de Afastamentos nº 437 a 440/2014 02

Recebidos do Executivo

Ofício nº 112/2014/Gab. Gov. de 07/07/2014 02

Ofício nº 113/2014/Gab. Gov. de 07/07/2014 02

Atos Legislativos

Resolução da Mesa nº 033/2014 03

Requerimento nº 058/2014 03

Requerimento nº 059/2014 03

Ata da 2325ª Sessão Ordinária - Sucinta 03

Ata da 2319ª Sessão Ordinária - Íntegra 04

Edital de Convocação nº 002/2014 - Comissão

Especial Externa - Resolução nº 020/2014 08

EXPEDIENTE

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERALPraça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR
Telefone: (95) 3623-6665ELÂNDIA GOMES ARAÚJO
Gerente de Documentação GeralCHRISTIAN DELLA PACE FERREIRA
Diagramação

MATÉRIAS E PUBLICAÇÕES

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser entregues à Gerência de Documentação Geral através de meio magnético, em formato .doc, com cópia do documento, de segunda a sexta-feira até às 15:30h

É de responsabilidade de cada setor, gerência, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

ATOS ADMINISTRATIVOS**RESOLUÇÕES DE AFASTAMENTOS****RESOLUÇÃO Nº 437/2014**

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE**AUTORIZAR** o afastamento da servidora **BRUNA CAROLINA SANTOS GONÇALVES, Matrícula 012188** para viajar com destino ao município de Caracará - RR, no período de 07.07 a 08.07.2014, com a finalidade de tratar de assuntos de interesse desta Casa Legislativa, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 07 de julho de 2014

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**Presidente****Deputado JALSER RENIER PADILHA****1º Secretário****Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI****2º Secretário****RESOLUÇÃO Nº 438/2014**

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE**AUTORIZAR** o afastamento do servidor **JASMELINDO RANGEL DOS SANTOS, Matrícula 001343** para viajar com destino a cidade de Manaus-AM, no período de 08.07 a 17.07.2014, com a finalidade de tratar de assuntos inerentes às suas atividades funcionais,

a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 08 de julho de 2014

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**Presidente****Deputado JALSER RENIER PADILHA****1º Secretário****Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI****2º Secretário****RESOLUÇÃO Nº 439/2014**

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE**AUTORIZAR** o afastamento dos servidores **MARIA DOS SANTOS MIRANDA DE MESQUITA, Matrícula 008136** e **CLEMILTON CARLOS CORREA PRAZERES Matrícula 011808** para viajarem com destino a cidade de Manaus-AM, no período de 14.07 a 22.07.2014, com a finalidade de tratar de assuntos inerentes às suas atividades funcionais, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 08 de julho de 2014

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**Presidente****Deputado JALSER RENIER PADILHA****1º Secretário****Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI****2º Secretário****RESOLUÇÃO Nº 440/2014**

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE**AUTORIZAR** o afastamento dos servidores **RAFAELA CALAZANS BENEDETTI, Matrícula 013606**, **ROOSEVELT ALDEIR GEDELHA DE FREITAS FILHO Matrícula 013001** e **SOLANGE MACEDO SOARES Matrícula 001935** para viajarem com destino a cidade de João Pessoa - PB, no período de 14.07 a 23.07.2014, com a finalidade de participar de treinamento junto ao setor administrativo com ênfase na gestão patrimonial na Assembleia Legislativa daquela capital, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 08 de julho de 2014

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**Presidente****Deputado JALSER RENIER PADILHA****1º Secretário****Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI****2º Secretário****RECEBIDOS DO EXECUTIVO**

Ofício nº 112/2014/Gab.Gov.

Boa Vista, 7 de julho de 2014.

À Sua Excelência o Senhor

Deputado Estadual FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

NESTA/

Senhor Presidente.

Na oportunidade em que cumprimento Vossa Excelência, solicito a restituição ao Poder Executivo da Mensagem Governamental nº 030, datada de 15 de maio de 2014, bem como de seu Projeto de Lei que "Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2015 e dá outras Providências", visto que a matéria será objeto de ajuste técnico por parte deste governo estadual. Atenciosamente,

FRANCISCO DE ASSIS RODRIGUES

Governador do Estado de Roraima

Ofício nº 113/2014/Gab.Gov.

À Sua Excelência o Senhor

Deputado Estadual FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

NESTA/

Boa Vista, 7 de julho de 2014.

Senhor Presidente,

Na oportunidade em que cumprimento Vossa Excelência, solicito tornar

sem efeito o Ofício nº 112/2014/Gab.Gov., referente a restituição ao Poder Executivo da Mensagem Governamental nº 030, datada de 15 de maio de 2014, bem como de seu Projeto de Lei que “Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2015 e dá outras Providências”.

Atenciosamente,

FRANCISCO DE ASSIS RODRIGUES

Governador do Estado de Roraima

ATOS LEGISLATIVOS

RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA

RESOLUÇÃO Nº 033/2014

Revoga a Resolução nº 023/20114 e cria Comissão Especial Externa para analisar e dar parecer ao Projeto de Lei Complementar nº 011/2014.

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o art. 31, *caput* e art. 33, IX, da Constituição Estadual, c/c art. 23, VI, “j” e art. e 43 do Regimento Interno deste Poder, promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Revoga-se a Resolução nº 023/2014 e fica criada **Comissão Especial Externa**, para analisar e dar parecer ao Projeto de Lei Complementar nº 011/2014 que “dispõe sobre nova redação e revogação de artigos da Lei Complementar Estadual nº 221/14 (Código de Organização Judiciária do Estado de Roraima)”, composta pelos seguintes Parlamentares:

- **Flamarion Portela;**
- **George Melo;**
- **Joaquim Ruiz;**
- **Jalser Renier;** e
- **Soldado Sampaio.**

Art. 2º A Comissão a que se refere o art. 1º tem o prazo para funcionamento de 60 (sessenta) dias.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
 Palácio Antônio Martins, 08 de julho de 2014.

Deputado **FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**

Presidente

Deputado **JALSER RENIER**

1º Secretário

Deputado **MARCELO CABRAL**

3º Secretário

REQUERIMENTOS

REQUERIMENTO Nº 058/2014

Excelentíssimo Senhor

Deputado **CHICO GUERRA**

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Senhor Presidente,

Os Deputados que este subscreve, em conformidade com os incisos XIII e XVII do art. 196, c/c alínea “j” do art. 248, todos do Regimento Interno, requerem a convocação do servidor Ozéas Costa Colares Junior, Auditor Fiscal de Tributos Estaduais, matrícula 051235016, para, na Comissão Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle no dia 10 de julho de 2014, às 15h na Sala de Reuniões desta Casa Legislativa, prestar esclarecimentos sobre Convênio ICMS 143, de 17 de dezembro de 2012, que “autoriza o Estado de Roraima a conceder redução de base de cálculo nas operações com mercadorias e bens destinados à construção de subestações e linhas de transmissão de energia elétrica em alta tensão, localizadas no território”.

Sala das Sessões, 08 de julho de 2014.

BRITO BEZERRA

Vice-Presidente da Comissão Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

REQUERIMENTO Nº 059/2014

Excelentíssimo Senhor

Deputado **CHICO GUERRA**

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Senhor Presidente,

Os Deputados que este subscrevem, em conformidade com os incisos XIII e XVII do art. 196, c/c alínea “j” do art. 248, todos do Regimento Interno, requerem a convocação do Secretário de Estado da Fazenda, para prestar esclarecimentos no Plenário desta Casa, no dia 10 de julho de 2014, às 09h, sobre Convênio ICMS 143, de 17 de dezembro de 2012, que “autoriza o

Estado de Roraima a conceder redução de base de cálculo nas operações com mercadorias e bens destinados à construção de subestações e linhas de transmissão de energia elétrica em alta tensão, localizadas no território”.

Sala das Sessões, 08 de julho de 2014.

BRITO BEZERRA

Deputado Estadual

ATAS PLENÁRIAS - SUCINTA

ATA DA SEGUNDA MILÉSIMA TRECENTÉSIMA VIGÉSIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO QUADRAGÉSIMO SÉTIMO PERÍODO LEGISLATIVO DA SEXTA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA.

Às nove horas do dia três de julho de dois mil e quatorze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima trecentésima vigésima quinta Sessão Ordinária do quadragésimo sétimo período Legislativo da sexta Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima. Não havendo quórum regimental, a Senhora Presidente em exercício, Deputada Aurelina Medeiros, suspendeu a abertura da Sessão pelo tempo regimental de dez minutos. Após o tempo estipulado, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, o Senhor Presidente em exercício, Deputado **Chicão da Silveira**, declarou aberta a Sessão convidando o Senhor Deputado **Brito Bezerra** para atuar como Segundo Secretário *ad hoc*. Em seguida, solicitou ao Senhor Segundo Secretário, Deputado **Brito Bezerra**, proceder à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi lida e aprovada na íntegra. Prosseguindo, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário, Deputado **Remídio Monai**, proceder à leitura do Expediente. **RECEBIDO DOS DEPUTADOS:** Memo. nº 023/14, de 30/06/14, do Senhor Deputado Rodrigo Jucá, justificando ausência nas Sessões Plenárias dos dias 04 e 05 de junho do corrente ano. Memo. nº 024/14, de 01/07/14, do Senhor Deputado Rodrigo Jucá, justificando ausência na Sessão Plenária do dia 24/06/14. Memo. nº 025/14, de 02/07/14, do Senhor Deputado Rodrigo Jucá, justificando ausência na Sessão Plenária do dia 25/06/14. **DIVERSOS:** Ofício nº 699/14, de 30/06/14, da Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, reiterando a solicitação feita pelo ofício nº 447/2014/GAB/FEMARH. **GRANDE EXPEDIENTE:** O Senhor Deputado **Brito Bezerra** iniciou reportando-se à denúncia que fez anteriormente sobre o governo ter renunciado 90% da receita de ICMS, algo em torno de cinquenta milhões de reais, sobre os bens adquiridos por uma empresa que ganhou licitação do Governo Federal, no Estado, de mais de um bilhão de reais. De acordo com o Senhor Deputado, em resposta à denúncia, o Governo acusou o Parlamentar de usar a Tribuna desta Casa como palanque político. Manifestou indignação contra tal acusação e, dirigindo-se ao Governador, ao ex-governador José de Anchieta e ao Senador Romero Jucá, em sua opinião, responsáveis pelas dívidas do Estado, disse que irá usar palanque quando estiver autorizado pelo TRE; por enquanto, continuará usando a Tribuna para denunciar de forma técnica e responsável conforme prevê o Regimento Interno desta Casa. Ainda sobre o assunto, disse que o Governo deu à empresa, de forma arbitrária, noventa dias após a conclusão da obra para o repasse dos 10% do ICMS e ainda parcelou o valor em trinta e seis meses sem juros. Prosseguiu mencionando Projeto de Lei encaminhado, em 2012, pelo então governador, solicitando autorização, por lei específica, para redução da base de cálculos do ICMS, o que esta Casa rejeitou por entender inviável, devido à alegação de que a falta de arrecadação seria o impedimento para conceder aumento aos servidores, melhorar a saúde pública e ajudar o homem do campo. Isso, no entanto, não teria impedido o então governador de utilizar artifícios ilegais para decretar isenção à empresa. De acordo com o Senhor Parlamentar, para adquirir regime especial, o contribuinte deve ter pelo menos um ano de inscrição no cadastro geral fiscal, o que não ocorreu com a referida empresa, que estava inscrita apenas há cinquenta e oito dias, além de outras irregularidades. Disse que encaminhará, formalmente, a denúncia ao Tribunal de Contas do Estado, Ministério Público Estadual e Federal para que tal termo de acordo de regime especial seja declarado inválido de imediato. Segundo o Senhor Parlamentar, a hegemonia deste governo estaria atentando, de forma antidemocrática, contra Parlamentares de oposição, pois estaria afirmando que estes não serão eleitos, que terão seus votos derrubados, e ainda que irão perseguir os empresários. Continuando, afirmou que, mesmo diante das ameaças, será candidato à reeleição, visitará cada roraimense para pedir voto e não se intimidará com nenhum Senador da República, Governador ou ex-governador. Disse que, se eleito, continuará usando esta Tribuna para defender o povo de Roraima. Solicitou à Mesa Diretora a inclusão, na pauta da Ordem do Dia, do Projeto de Decreto Legislativo que torna inválido este Termo de Acordo de Regime Especial. Continuando, desafiou o Secretário da Fazenda a informar como estão sendo lançados os valores das notas fiscais da TRANSNORTE no sistema da Secretaria de Estado da Fazenda. Concluindo, afirmou que, pelo fato de serem ilegais, os valores não estão sendo lançados nos tributos, caso contrário, estariam produzindo uma arma contra eles próprios. **ORDEM DO DIA:** O

Senhor Presidente em exercício, Deputado **Chicão da Silveira**, anunciou para a pauta da Ordem do Dia: discussão e votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 026/14, que “dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2015 e dá outras providências”, de autoria governamental; Projeto de Lei nº 033/14, que “Altera dispositivo da Lei nº 390, de 14 de agosto de 2003, que dispõe sobre a Remuneração e Participação nos Conselhos de Deliberação Coletiva da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Estado de Roraima”, de autoria governamental; Projeto de Lei nº 031/14, que “Dispõe sobre a criação do Fundo Estadual da Cultura, instrumento de financiamento das políticas públicas de cultura de Roraima, de natureza contábil e especial e dá outras providências”, de autoria governamental; Projeto de Lei nº 035/14, que “Altera Dispositivos e anexos da Lei nº 153, de 01 de outubro de 1996, suas alterações e dá outras providências”, de autoria do Ministério Público. Projeto de Lei Complementar nº 010/14, que “Dispõe sobre a organização do quadro de pessoal e do plano de carreira dos servidores do Poder Judiciário, revoga leis e dá outras providências”, de autoria do Tribunal de Justiça; Projeto de Lei Complementar nº 011/14, que “Dispõe sobre nova redação e revogação de artigos da Lei Complementar Estadual nº 221/14, Código de Organização Judiciária do Estado de Roraima”, de autoria do Tribunal de Justiça; Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 004/14, que “Acréscere dispositivos normativos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT da Constituição do Estado de Roraima”; Proposta de Emenda à Constituição nº 008/13, que “Acréscere o Art. 27-A e §§ 1º e 2º ao texto da Constituição do Estado de Roraima” sobre carga horária de trabalho ao acompanhante de pessoas com necessidades especiais ou idosos, de autoria do Deputado Chico Guerra e vários Deputados. Em seguida, o Senhor Presidente suspendeu a Sessão pelo tempo necessário para que as comissões pudessem emitir Parecer ao Projeto de Lei Complementar nº 010/14. Após o tempo estipulado, o Senhor Presidente reabriu a Sessão solicitando ao Senhor Primeiro Secretário que fizesse a leitura do Projeto de Lei Complementar nº 010/14 e da emenda que propôs. Prosseguindo, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação a emenda ao Projeto de Lei Complementar nº 010/14, sendo aprovada. Atendendo ao pedido de vista do Senhor Deputado Zé Reinaldo ao Projeto de Lei Complementar nº 010/14, o Senhor Presidente transferiu a matéria para a próxima Sessão, bem como todas as matérias anunciadas para a Ordem do Dia. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS:** O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** disse ao Deputado Soldado Sampaio que este tem a mania de colocar a base do Governo contra e a oposição a favor dos projetos, o que não seria procedente, pois, mesmo sendo da base governista, o Senhor Parlamentar afirmou ser favorável ao projeto em questão. O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** se justificou ao Deputado Joaquim, dizendo reconhecer a independência deste, a quem não teria se referido. Afirmou ser a queixa para a Mesa, por não ter um membro da oposição compando a comissão. Afirmou ainda que o líder do governo é quem não foi claro nas orientações à sua bancada, sendo necessário pedir vistas do projeto. A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros**, reportando-se ao Deputado Soldado Sampaio, disse ser preciso aos Parlamentares entender que os poderes são autônomos, portanto, nesta Casa não tem líder do Governo para pedir ou deixar de votar em um projeto que é do Judiciário, um poder autônomo. O Senhor Deputado **Flamarion Portela** se dirigiu à Mesa e disse que o projeto do Poder Judiciário estava pronto para ser votado, pois foram tiradas todas as dúvidas pela Consultoria Jurídica, mas, com a aprovação da emenda, tudo retroage e volta a estaca zero. Continuando, lembrou que os servidores do Poder Judiciário estão há várias semanas esperando pela votação desse projeto e informou nada ter contra o pedido de vistas, direito do Deputado, mas espera que a matéria seja votada, impreterivelmente, pelo menos até terça-feira, em primeiro turno. O Senhor Deputado **Chicão de Silveira** disse ficar triste com a falta de coerência e compreensão de alguns Deputados, ressaltando que o projeto estava pronto para ser votado, mas uma emenda veio estragar todo o trabalho. O Senhor Deputado **Zé Reinaldo** justificou que pediu vistas em função de as coisas serem feitas de última hora, referindo-se à emenda do Deputado Soldado Sampaio. Estaria, portanto, tendo a preocupação de fazer as coisas com responsabilidade, impedindo artimanhas de última hora, as quais possam prejudicar futuramente quem está sendo beneficiado. O Senhor Deputado **Chico Guerra** disse que o pedido de adiamento de votação se deveu à criação de emenda, caso contrário, o projeto teria sido aprovado. De acordo com o Senhor Deputado, foi necessário esse adiamento para análise, para que se evitem prejuízos à categoria. E, não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a Sessão, convocando outra para o dia 08 de julho, à hora regimental. Registraram presença, na Sessão, os Senhores Deputados: **Angela Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, George Melo, Joaquin Ruiz, Marcelo Natanael, Remídio Monai, Rodrigo Jucá, Soldado Sampaio e Zé Reinaldo.**

Aprovada em: 08/07/2014

ATAS PLENÁRIAS - ÍNTEGRA

ATA DA 2319ª SESSÃO, EM 18 DE JUNHO DE 2014.
 47º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.

= **ORDINÁRIA** =
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CHICÃO DA SILVEIRA.
(Em exercício).

Às nove horas do dia dezoito de junho de dois mil e quatorze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima trecentésima décima nona Sessão Ordinária do quadragésimo sétimo período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – Convido o Senhor Deputado Brito Bezerra para atuar como Primeiro Secretário.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro Secretário (**Brito Bezerra**) – Senhor Presidente, há quórum regimental.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário proceder à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (**Remídio Monai**) – (Lida a Ata).

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior.

Não havendo nenhum dos Senhores Deputados que queira discuti-la, coloco-a em votação. A votação será simbólica, os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Brito Bezerra**) – O expediente consta do seguinte, Senhor Presidente:

RECEBIDO DOS DEPUTADOS:

Requerimento s/n, de 17/06/14, da Comissão Especial Externa, criada nos termos da Resolução nº 019/14, requerendo prorrogação de prazo por igual período desta comissão Externa.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Brito Bezerra**) – Proceda à chamada.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, senhoras e senhores em nosso plenário, bom dia!

O que me traz hoje a Tribuna, Senhor Presidente, são dois temas importantes.

Na semana passada, estive em uma audiência pública, com a presença dos Deputados Brito e Gabriel, para tratar da linha de transmissão de energia de Manaus para Boa Vista, interligando o sistema de Tucuruí, que é a hidrelétrica do Estado do Pará, e colocando Roraima no sistema nacional de energia.

Para os Senhores que estão aqui presentes terem noção da situação, a burocracia brasileira entre o IBAMA e os órgãos voltados ao meio ambiente, levou quatro anos para começar a liberação das licenças ambientais. O custo dessa obra para o povo que mora em Roraima e o prejuízo para nós roraimenses são imensuráveis. Primeiro o preço para construir a obra, segundo: falta de energia. Agora, a Venezuela já começa a informar a ELETROBRÁS que vai desligar, em determinados momentos, o sistema do Linhão de Gurí, por falta de energia no País vizinho.

Veja bem: Existem as termoelétricas para serem instaladas imediatamente, mas tem o problema do meio ambiente. Houve um bom senso do nosso Ministério Público Estadual, que assinou um TAC com a FEMAHT, para que a gente possa usar as termoelétricas. Se não usar, vai faltar energia no Estado de Roraima todo. E o que é mais absurdo nessa história é que a empresa constrói essa linha, envolvendo mais de 2500 funcionários, em um ano e nove meses. Quer dizer, são quatro anos para jogo de papel. Uma obra que era para custar X, Deputado Flamarion, vai custar Y, e essa conta quem paga é o contribuinte, o cidadão brasileiro, já para usar todo o knowhow, toda tecnologia, um ano e nove meses. De bom dessa história, tiramos uma coisa, a compensação. Não havia projetos para compensação ao dano ambiental.

Da tribuna desta Casa, eu fiz um apelo à TRANSNORTE, empresa de fusão do capital privado com o público, para que doasse o laboratório para os cursos na área de saúde da Universidade Estadual de Roraima. Se houver um laboratório para o curso de medicina, esse laboratório será aproveitado para a área de química, biologia e enfermagem, cursos que estão pedindo

socorro à nossa universidade. O representante da TRANSNORTE disse publicamente: “falem com a reitora, mandem elaborar o projeto que a empresa vai doar o laboratório completo para a Universidade Estadual de Roraima”. Esse laboratório está alçado, mais ou menos, em 420 mil reais. Completo do que há de mais moderno, igual aos que eles fizeram em convênio com a USP em São Paulo. Para que Vossa Excelência tenha uma ideia, daqui a quinze dias estará vindo uma diretora do grupo, para tratar direto com a nossa reitora. Eu já comuniquei à comissão que está elaborando o projeto para o curso de medicina, encaminhado para um dos membros, para que agilize a montagem desse projeto para adquirirem esses equipamentos que a empresa vai colocar aqui em Boa Vista a custo zero para a nossa universidade.

Então, enquanto a gente trabalha para viabilizar essa situação, a gente encara outro problema cruel para o povo do nosso Estado: Telefonia Móvel. Já fizemos aqui uma CPI. Trabalho brilhante de uma comissão presidida pelo Deputado Coronel Chagas. Jundiá está isolado. Se tiver um acidente grave naquele trecho da estrada, só um milagre.

Deputado, eu estou falando de uma região que precisa ter o mínimo de estrutura na área de telecomunicações, porque é uma entrada do nosso Estado. É uma área de movimentação de veículos, tanto pesado quanto de passeio, muito intensa. A OI colocou uma nota na imprensa dizendo que, dentro de 03 dias, resolveria o problema e já estamos com mais de 15 dias sem uma solução. A OI tem que ser responsabilizada se morrer alguém por acidente de veículo, também se precisar de uma urgência para um socorro com deslocamento do paciente para o hospital de Rorainópolis. O que não pode acontecer é uma região daquela, tão grande, ficar totalmente isolada, em pleno século XXI, por falta de manutenção de um equipamento. É injustificável.

Ora, se as telecomunicações, se os nossos celulares aqui em Boa Vista não funcionam, imaginem a telefonia fixa no interior do nosso Estado. Para quem não sabe, quando o celular não funciona ou quando estamos numa ligação e ela é cortada, a outra ligação onera o custo e a gente tira do nosso bolso para pagar a fatura no final do mês em mais de 35%, porque a ligação conta pelo imposto que é dado no sistema de telefonia móvel. É um absurdo o que estão fazendo com a gente. Por isso deve se rever o problema das agências reguladoras. Se vamos para a área do transporte interestadual para atender a nossa população, a agência reguladora de transporte do Brasil é a favor do monopólio. Nós criamos e instalamos uma CPI nesta Casa e provamos o quanto é crítica a situação da telefonia móvel em Roraima. Que atitude a agência de telecomunicações tomou em defesa do cidadão que mora no nosso Estado? Nenhuma. Essa é a situação que estamos vivendo. As agências, que deveriam defender o interesse público, defendem os interesses do monopólio e do oligopólio. E aí, se um rapaz ou uma senhora que está pescando e vive da pesca estiver comendo três ovos de tartaruga vai presa e penalizada.

Estão invertendo as coisas no nosso país. Trago esse depoimento, essa denúncia, porque já houve várias denúncias sobre a situação da telefonia no interior de Roraima, e aí envolve vida e vida não tem preço.

Então, eram esses dois assuntos que eu gostaria de colocar. Vejo que essa situação da OI precisa ser resolvida, a telefonia móvel precisa ser resolvida no nosso Estado.

A notícia boa, Deputado Gabriel, é que a TRANSNORTE liberou e disse aqui textualmente o seu representante que não importa o valor. Importa que a gente dê condições para que a nossa Universidade instale já em dezembro o primeiro vestibular para o curso de medicina conforme meu projeto que especifica 40% das vagas para os alunos das escolas públicas do interior de Roraima, 40% das vagas para os alunos das escolas públicas e privadas de Boa Vista e 20% para o resto do Brasil.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** – Senhor Presidente, Senhores Deputados, bom dia a todos da plateia.

Deputados, Joaquim e Xingú. Comecei a me aprofundar mais sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias, lida no plenário desta Casa no dia 25 de maio de 2014, encaminhada pelo Governador Francisco Rodrigues, chamado de Chico Rodrigues.

Aqui tem um parágrafo, Deputado Gabriel que me chama a atenção. Vou ler as palavras que o Governador Chico Rodrigues escreveu. Não são minhas as palavras, abro aspas para sua Excelência.

“Considerando o quadro financeiro encontrado quando assumi o Governo de Roraima em 04/04/14, conforme ampla divulgação que fiz junto aos poderes, órgãos de controle e imprensa, especialmente nessa Casa Legislativa em 12/04/14. Estou propondo um pacto para saneamento das finanças do Estado, readequando o orçamento estadual para bases reais”. Como se a gente estivesse sempre trabalhando em bases mentirosas e irreais. “Readequando o orçamento estadual para bases reais, colocando recursos para cumprir os serviços da dívida. Contratos firmados pelo Governo do Estado de Roraima com aval do Tesouro Nacional”. São aqueles empréstimos da Caixa Econômica e BNDES. Esses dois bilhões

de dívidas que o Estado tem hoje para as quais foi dado como garantia o Fundo de Participação dos Estados, bem como, as despesas dos exercícios anteriores e precatórios. Então, o que se observa Deputado Joaquim, Vossa Excelência que é especialista em orçamento, é que o Governador está propondo um sacrifício para os outros Poderes.

Na realidade, o orçamento que o Estado pretende enviar para este Poder, no segundo semestre, para aprovar até o final do ano, contempla, segundo a previsão da Lei de Diretrizes Orçamentárias, um reajuste de 8,15%. Ou seja, é a inflação mais o PIB. Enquanto o orçamento do Poder Executivo cresce 8,15%, os demais Poderes, ele está sugerindo crescimento zero. Ou seja, a receita cresce 8,15% e as despesas crescem 0%. O Poder Legislativo que recebe o repasse, o Poder Judiciário, o Ministério Público Estadual, Tribunal de Contas do Estado, o Ministério Público de Contas e a Defensoria Pública recebem transferências, que, no fundo, são despesas para o conjunto das receitas do Poder Executivo.

Portanto, algo está nos chamando atenção. É o seguinte: parece que o Governo está usando aquela filosofia do Hitler, o maior assassino do século XX, que dizia que uma mentira dita mil vezes, transforma-se em verdade. Nós vimos muitos gastos com propagandas para dizer que o Governo iria leiloar os aviões, conter gastos, mas até as secretarias que o governo diz ter extinguido continuam com os funcionários registrados normalmente. Como se extingue uma secretaria e as pessoas que eram secretários e membros daquela equipe continuam trabalhando para o Poder Executivo? Então, eu acho Deputado Joaquim, que todos os poderes podem até contribuir com este sacrifício, não acho nada demais, desde que o Poder Executivo faça primeiro sua tarefa de casa. Desde que primeiro o Poder Executivo dê o bom exemplo para poder pedir aos outros poderes que, com certeza, atenderão esse pedido. Quem me disse isso inclusive foi um Desembargador. Quando o Governador foi lá se apresentar para o Poder Judiciário, o Desembargador perguntou ao Governador qual era o sacrifício, o exemplo de corte que estava fazendo no Executivo. Pois assim que mostrar quais os cortes está fazendo no Governo, é só trazer que o Poder Judiciário irá analisar para ver no que pode contribuir com os cortes. Então, esse ponto é interessante não só para o Poder Legislativo, mas também para os demais Poderes, pois o Estado é constituído pelos três Poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. O Estado não é constituído pelo Poder Executivo não, esse tripé é que forma o balizamento do Estado democrático de direito deste Brasil.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** – Deputado Flamarion, aproveitando o fato de Vossa Excelência ter abordado o problema da Lei de Diretrizes Orçamentárias, que está segurando os orçamentos dos outros Poderes, vou propor na Comissão que todo excesso de arrecadação seja especificamente para o pagamento da dívida. O Governo vai ter que fazer o sacrifício de também ajustar a máquina pública. Quero o apoio dos Parlamentares para que destinemos que o excesso de arrecadação para o pagamento da dívida. Se o grande problema hoje é a dívida pública, então, já vamos fazer um sacrifício. Peguemos o excesso de arrecadação, já que os outros orçamentos eram fictícios e o que vem agora é o real, então, que o excesso seja para pagar a dívida pública.

O Senhor Deputado **Flamarion** continua – Parabéns pela sua ideia, Deputado Joaquim. Primeiro: o que temos que saber Deputado, é o que realmente será acrescido, porque como estamos falando, há um pouco de irrealidade nos orçamentos, isso ninguém pode negar. Que o Poder Legislativo, através de mensagem do Poder Executivo, possa conhecer o que realmente se está aumentando de receita. Porque, muitas vezes, a receita aumenta, o Governo gasta e nós só vamos saber nos balancetes. Quando tomamos conhecimento, o dinheiro já foi gasto, já foi utilizado para uma finalidade que não estava prevista na própria Lei de Diretrizes Orçamentárias ou não estava prevista no orçamento. Então, a gente tem que ter conhecimento do montante. A cada montante acrescido, é preciso que, através de lei específica, o Poder Executivo peça a este Poder uma autorização, assim como pede na Lei Anual Orçamentária, para que seja destinado, por exemplo, para pagar dívida e não para fazer outras coisas, avolumando a dívida que a sociedade pagará durante dezito ou vinte anos. Então, é realmente um bom propósito e uma boa intenção.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Gabriel Picanço** – Obrigado, Deputado Flamarion. O que quero é contribuir com vosso pronunciamento e dizer que o Governador deveria economizar um pouco em propaganda, cair na real e resolver os problemas do Estado. Para essa dívida que ele reclama, não pode bater pedindo na casa dos outros para ajudá-lo a pagar, pois os outros poderes são independentes. Ele tem que economizar lá e pedir para economizarmos aqui, querer fazer festa com as coisas dos outros não dá certo. Acho que devemos nos unir e bater firme com o Governador pedindo a ele que resolva os problemas do Estado. Tenho, em mãos, pedidos de lideranças indígenas cobrando do Estado a recuperação de escolas que estão há mais de dez anos abandonadas. O Governo faz propaganda dizendo que vai vender helicóptero, avião, jato, conjunto dos

executivos, acabar secretarias, mas nada disso existiu. As secretarias já eram abstratas, só existiam os cargos, ele acabou o abstratismo e manteve os cargos, então, não economizou nada. Acredito que ele deva economizar um pouco na propaganda, cair na real e tentar resolver o problema do Estado, para o que foi eleito. Quanto a esses empréstimos de dois bilhões que agora estão sendo descontados, quando foi para contrai-los, estava tudo bem, todo mundo calando, batendo palmas, passando batom na boquinha e indo embora. Agora que tem que pagar a dívida, estão todos chorando. Não sabiam que teriam que pagar? Cadê os dois milhões? Estão empregados aonde? Cadê o dinheiro do hospital? Se não me engano, eram quarenta milhões para o hospital. Cadê esse dinheiro, foi empregado ou desviado para alguma coisa? Agora só choram e não lembram mais da festa que fizeram lá atrás. Obrigado.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** continua. – O Deputado Gabriel lembrou algo muito importante. Vocês sabem quanto custa um minuto no horário nobre da TV Roraima? Custa milhares e milhares de reais. Só para fazer aquela propaganda de um minuto, o Estado gasta trinta e oito mil reais; para produzir e veicular, é um gasto extraordinário. Então, vocês, que assistem televisão, como qualquer outra pessoa, devem ter percebido que, nesse primeiro semestre, passou um monte de propagandas. Nunca vi tanta propaganda em Roraima, nunca vi o governo fazer tanta propaganda como vi nesse primeiro semestre. Foram gastos milhões e milhões de reais em propaganda. Aí pergunto: não daria para aplicar pelos menos esses milhões gastos em propagandas em remédios para o hospital? Não daria para melhorar a merenda escolar? Não daria para equipar os centros de saúde e melhorar a saúde em convênio com as prefeituras do interior, para que as pessoas não se desloquem para cá por qualquer motivo e para que possam conseguir um atendimento satisfatório no seu Município? Essas coisas são importantes para que as pessoas saibam que é muito dinheiro gasto com propaganda. Eu até diria que, se vender o conjunto dos executivos inteiro e aquele avião, não dá para pagar as propagandas para dizer que iriam vender o avião. Então, não tem lógica isso existir. O dinheiro da propaganda é também dinheiro do povo, é dinheiro do imposto quando compramos uma lata de óleo, um quilo de sal, carne ou qualquer coisa da qual pagamos imposto, e ele vira propaganda. Acho que fica muito estranha essa mensagem do Governador falando em orçamento irreal, orçamento fictício e pedindo de forma clara aos poderes e aos servidores que façam sacrifícios. Imaginem os servidores do Tribunal de Justiça, de Contas, do Ministério Público, do Legislativo, da Defensoria Pública, esperam o aumento de 4,5%, que não vai sair porque não vai ter repasse de recursos para os poderes. Vai ser zero recurso. Então, como é que a pessoa que vai estar lá gerindo vai dar aumento para servidor? Nesse sacrifício, está embutido não só o sacrifício do Poder ou do dirigente do Poder, mas o sacrifício de todos os servidores, que sabem precisar desse reajuste para manter o poder aquisitivo e a condição de atender as próprias necessidades e as da família. Portanto, faço o registro aqui para que a Assembleia fique atenta à discussão da LDO. A LDO é importante, porque estabelece metas e diretrizes para elaboração da Lei Anual. Espero que façamos nosso papel. Eu mesmo, hoje de manhã, já tive a oportunidade de ao setor de planejamento apresentar as emendas, não sei se serão aprovadas, mas, estou fazendo meu papel em apresentá-las a fim de que isso não aconteça. Acho que, na hora em que o Executivo der o bom exemplo, fizer o sacrifício, os outros poderes, por gravidade, também o farão. Obrigado.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, plateia e servidores desta Casa. Aos que estão aqui, insistentemente, pleiteando os seus direitos e garantias, que serão enquadrados na PEC 04, de autoria do Deputado Xingú, provavelmente não tenha quórum para a votação. Eu anunciei que não teria quórum naquela vez passada e, hoje, provavelmente, não terá também, o que vem deixar claro que esta PEC é instrumento político, não é uma coisa séria para enquadrar servidor não. Se for um instrumento sério para enquadrar servidor, terá o apoio e o voto da oposição.

Usei esta Tribuna, como líder da oposição, assim que o atual Governador Chico Rodrigues assumiu o Governo e desejei a ele e ainda desejei boa sorte, desejei que fizesse o melhor Governo que Roraima pudesse ter. Eu desejei que o Governador Chico atendesse as demandas do nosso povo, para que pudéssemos deixar essas pessoas menos angustiadas, apesar de que o Governo que tanto maltratou Roraima, o de José de Anchieta, foi o mesmo Governo do Chico Rodrigues, que dizia que não tinha tinta na caneta, mas tinha boa vontade. Disse que, assim que assumisse o governo, as coisas iriam mudar. Que faria um bom governo, porque tem 7 mandatos e o povo de Roraima sempre acreditou nele. Com relação a isso, ele não mentiu não! O povo de Roraima sempre acreditou na pessoa do Deputado e, posteriormente, Governador, tanto é que lhe deram 7 vitórias. Eu, aqui, disse que as críticas da minha parte ou da oposição iriam cessar até que ele conseguisse tomar pé do governo, começasse anunciar o seu mandato e efetivar os anúncios, ou

seja, transformar em realidade o que faz em discurso. Já passaram 100 dias e não saiu do discurso, tem mais discurso e menos ações que o Anchieta. Eu quero dizer da minha decepção com o Governador Chico, a maior que tive! Com o Governador José de Anchieta, em 2011, por unanimidade desta Casa, aprovei o Projeto de Regionalização da Merenda Escolar. Esse Projeto é de conhecimento de toda a sociedade roraimense, era para que toda merenda escolar fornecida na rede pública de ensino do Estado fosse comprada aqui mesmo, principalmente da agricultura familiar. Com isso, estaria resgatando os hábitos alimentares saudáveis dos alunos, o agricultor da agricultura familiar conseguiria produzir e vender para as escolas, os pais viriam os seus filhos bem alimentados, e o recurso ficaria no nosso Estado. O Governador José de Anchieta mandou vetar e disse assim: “vou dar um veto político, porque ele não é do meu lado e eu não vou beneficiar adversário.” Vetou o projeto deixando que os alunos comessem lavagem nas escolas, beneficiando empresários de outros Estados. Ele foi claro, um dia olhou para mim e disse: “nunca vou aprovar um projeto dessa natureza”! Aí vem o Governador Chico Rodrigues, e, um dia, conversando com ele, levei-o à indústria de aguardente, e ofereci um suco de manga e um suco de caju. Nesse dia, ele estava até com o Marcos Frota, e eu disse: “Em poucos dias, o Senhor será Governador, e o meu sonho é deixar a minha marca, como parlamentar em Roraima, com o Projeto da Regionalização da merenda escolar. É ver os alunos da rede pública de ensino, consumirem merenda de qualidade e não essa lavagem que está sendo dada para eles, como se fossem porcos. É que o empresário da agricultura familiar e o pequeno e micro empresário do comércio conseguem vender para o Estado e receber para gerar emprego e renda aqui”. E ele me disse: Deputado Brito, está de parabéns Vossa Excelência com esse projeto, e será capitaneado por mim na Assembleia Legislativa. Eu vou pedir aos Deputados da base para que votem no seu projeto. E, quando chegar aqui na minha mesa, eu quero sancionar. Eu lhe disse que faria um pronunciamento engrandecendo sua atitude, porque nós vamos fazer justiça à agricultura familiar e aos pequenos e micro empresários.

Um Deputado do Amapá teve conhecimento desse projeto, em 2011, e me pediu emprestado em um evento da UNALE. Deputado Agnaldo Baleiro. Está aqui, quem quiser pode entrar no site da Assembleia Legislativa do Amapá. Em 2012, foi aprovado e toda merenda do Estado do Amapá é regionalizada. Ele me agradeceu na UNALE, em público, porque o projeto foi feito por mim.

O Amazonas incrementou o investimento e a agricultura familiar. Hoje vende para o Estado cerca de dois milhões e quatrocentos mil reais por mês para as escolas. E o Estado de Roraima, exceto os 30% que é de ordem obrigatória e vem direto do Governo Federal, compra de outros estados da federação, não compra aqui. Eu fiz um projeto acreditando no Governador Chico Rodrigues, na sua boa fé. Mas o que ele fez? Vetou o projeto ainda mais, conforme consta na justificativa. Vou fazer uma nota de repúdio na Folha de Boa Vista e colocar, em primeira página, as razões do veto. Vejam bem, senhoras e senhores, as razões do Veto: “Logo se concluiu que a proposição aprovada pela Assembleia Legislativa não se encontra em consonância com o interesse público do Estado de Roraima”, ou seja, não são de interesse público os alunos que estão nos bancos das escolas estaduais receberem merenda de qualidade. Não é de interesse público que o agricultor da agricultura familiar comercialize os seus produtos com o próprio dinheiro e receba o seu dinheiro. Não é de interesse público que o pequeno e micro empresário comercializem com o Governo. Não é de interesse público o bem-estar do cidadão.

Então, para mim, o Governador Chico Rodrigues mentiu, quando disse que eu poderia apresentar o Projeto, pois ele sancionaria. Quero dizer para Vossas Excelências que estão aqui, Deputados de base, que na segurança pública não é diferente. Foram importados carros, inclusive, alugados, mas não no Estado de Roraima. Os secretários foram importados, porque não acreditam nos secretários que Vossas Excelências indicam aqui. São secretários que vêm de outros estados. O exemplo da Prefeitura Municipal, comandada pelo Senador Romero Jucá e a Senhora Teresa. Quando é que nós, roraimenses, vamos criar vergonha na cara? Quero falar para vocês uma coisa: Se o pai de família que tiver um filho, na escola pública, comendo lavagem que o Governador dá votar nele é porque não tem vergonha na cara. É falta de vergonha na cara. O pequeno, médio ou grande comerciante deste Estado que votar no Chico Rodrigues é porque não tem vergonha na cara. Por que são comprados milhões de reais em outros estados da federação e não aqui, por quê? Por que os nossos produtos não prestam? É mais caro? Não, lá fora é mais caro, porque vem superfaturado. Nós temos que criar vergonha na cara e parar de eleger esses corruptos. Quem acabou com Roraima não foi o Anchieta? Todo mundo fala que Anchieta acabou com o Estado nesses quatro anos, mas com quem? Com o Chico Rodrigues de Vice e a comando do Senador Jucá. E quem é que é candidato de novo agora? É Chico Rodrigues. É Anchieta. E é Jucá, através do filho. Nós vamos engolir

novamente isso aí?

Senhoras e Senhores, a minha indignação é profunda. Eu, provavelmente, não serei nem candidato nas próximas eleições, pois estou com problemas na coligação. Mas eu quero dizer para vocês que até o último dia em que eu estiver aqui nesta Casa, vou falar em nome do povo, porque foi pelo povo e para o povo que fui eleito. Eu não fui eleito para grupo político não. E disse para o Governador do Estado quando ele era vice: Se Vossa Excelência regionalizar a merenda escolar, se Vossa Excelência priorizar as compras aqui no Estado, se Vossa Excelência melhorar a qualidade de vida do povo de nosso Estado, o meu discurso vai se afinar com o seu. Não tem como eu criticar bons atos. Eu sou coerente. Eu passei quase quatro anos aqui, Deputado Joaquim Ruiz, de maneira coerente. E esperei quase 100 dias por uma só ação que trouxesse benefício para o Estado de Roraima, mas não houve nenhuma. E aqui, eu desafio uma ação desse governo que traga benefício para o nosso Estado. Portanto, é com esse sentimento que eu venho a esta Tribuna para pedir ao povo de Roraima que reflita. Nós não temos mais condições de suportar quatro anos com um governo que só maltrata, que só judia, que só desvia e só humilha as pessoas. E esse governo que está aí, é pior do que o Governo de José de Anchieta. O de José de Anchieta, pelo menos, dizia logo: “Eu não faço!”. E esse fica passando a mão no ombro, conversando, rodeando, pisando, mastigando, mentindo e não faz do mesmo jeito.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Gabriel Picanço** – Quero me juntar a Vossa Excelência Deputado Brito, e dizer que quando o Governador veio aqui fazer aquela explanação dizendo que o Estado estava no abismo financeiro, ele deveria deixar as empresas daqui concorrerem para vender. As grandes compras são feitas fora. E, esses impostos, Deputado Brito, ficam para o Estado de origem. Então, Roraima fica só com problemas, com as promessas. O bom vai para lá e ficam as migalhas. Para isso, eu queria me juntar a Vossa Excelência e pedir aos empresários de Roraima para não votarem em um Governo desastrado, que acabou com o Estado em seis anos de administração. Se derem mais três anos, os empresários vão fechar as portas, as pessoas vão ficar sem emprego, o povo vai ficar sem oportunidade. Por que o povo está sentindo falta de educação, falta de saúde, falta de estrada? É porque o dinheiro do Estado, infelizmente, foi mal gerenciado. A arrecadação do Estado que era para aumentar, não aumenta porque as grandes compras são feitas fora. Era um pedido que eu queria juntar ao de Vossa Excelência. Eu sou empresário em Roraima há 28 anos e participo disso aí também. Peço que o povo tenha cidadania para que não vote e não deixe um grupo político ficar mandando no Estado como manda em sua casa. Era esse meu pedido Deputado Brito e, a minha colaboração com Vossa Excelência.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** continua - Agradeço o aparte, Deputado, e quero deixar um desafio para o Governo do Estado, que ele responda não a mim, mas ao povo de Roraima. Por que é que as matérias de importância para o Estado não tramitam nesta Casa? A Lei de Terras, que nós pegamos aqui no braço uma hora da manhã no dia da posse dele, não foi votada porque ia beneficiar um bocado de corrupto, de ladrão de terras aqui no Estado. Ainda não foi votada no seu governo? Por que o Zoneamento Econômico Ecológico não veio para esta Casa e tramitou, como está dizendo na televisão que veio? Por que a Lei de Diretrizes Orçamentárias já veio para esta Casa e ainda não foi votada? Por que essa PEC nº 004, a qual eu quero e peço a Deus que não seja uma tremenda enganação com vocês, ainda não foi votada aqui nesta Casa? Venha aqui, Governador, e diga para este povo que não foi votado porque Vossa Excelência não tem maioria aqui dentro desta Casa, porque Vossa Excelência não tem condições políticas de governar. Por que Vossa Excelência decretou Estado de falência na educação e os gestores continuaram lá, se quem levou ao caos, à falência, foram eles? Porque não tem forças para tirar os gestores por terem sido indicações de Deputados. Por que Vossa Excelência decretou falência na saúde e os gestores continuam lá? Porque não tem forças para tirar. Os gestores criaram o caos, está aí o Tribunal de Contas do Estado dizendo que eles devem ser tirados e penalizados. Deram caos à saúde e continuam gerindo? Foi, simplesmente, para fugir de licitações e comprar medicamentos, comprar merenda escolar do Amazonas. Eu sei que estão vindos carretas e carretas de merenda escolar de lá, fechadas, a qual custo não eu sei ainda, mas vou descobrir. Não compram do agricultor familiar que está todos os dias trabalhando de sol a sol e que precisa comercializar os seus produtos para, muitas vezes, comprar um medicamento para os filhos, comprar roupas, pagar a mensalidade de uma escola. Isso é porque eles querem pessoas cada vez mais pobres, mais miseráveis, para manipularem no dia da eleição, prometendo qualquer coisa, enganando, enrolando e roubando a boa fé das pessoas. Para mim, Deputado Joaquim Ruiz, não tem roubo maior no mundo do que roubar a esperança das pessoas. Esse governo vem fazendo isso.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** – Deputado Brito, há um projeto que, se for aplicado na área da educação aqui no nosso Estado, revoluciona a economia gerando emprego, gerando oportunidade, baixando custo nas compras. Não tem o Vale Solidário? Instale-se o Vale Educação para que os pais de família, com aquele Vale, possam comprar o fardamento dos seus filhos em qualquer pequena indústria que exista no nosso Estado. Aumenta-se a arrecadação de ICMS, aumenta-se emprego no nosso Estado, dá-se apoio às indústrias de Roraima. Você vê várias pequenas empresas que confeccionam o fardamento dos alunos, mais o vale para comprar o tênis, para comprar o sapato. Você baixa o custo, evita a corrupção e quem fiscaliza é o povo, porque eles vão comprar mais barato onde tiver melhor concorrência, tanto lá no Uiramutã, no Caroebe ou aqui em Boa Vista.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** continua – Concordo plenamente, Deputado, só que o Vale Educação não iria dar retorno financeiro para o Governo, aí ele não faz nunca. Ele visa o retorno financeiro. Ele vai querer fazer o Vale Voto daqui uns dias e aí eu espero que as pessoas dêem o troco nas urnas, um troco bonito, merecido, de tanto que ele fez o povo chorar. Nós vamos fazê-lo gritar e perder nas urnas. Então, é com esse sentimento que eu venho aqui nesta Tribuna.

O Senhor Deputado **Jânio Xingú** – Senhor Presidente, meus pares Deputados, imprensa, funcionários da Casa; Deputado Jalsner Renier, que tanto me ajuda nessa PEC, tem mostrado interesse, coerência, tem mostrado preocupação com isso. Eu queria iniciar o meu discurso falando para Vossa Excelência, que é o Primeiro Secretário, que tem uma coisa acontecendo aqui e não estou entendendo. Há algum tempo, o Governador nomeou chefes de autarquias e presidentes de economia mista e a Assembleia não se pronuncia. Sequer as comissões se reúnem para discutir se essas autoridades ficam ou saem dos cargos. No IPER, o Barac entrou e saiu e nem sabatinado foi por esta Casa, já chegou um rapaz do Rio de Janeiro que nem sabe onde é o Pintolândia, mas é a pessoa mais competente do mundo, tudo que não presta e vem para Roraima é competente. Eu queria pedir ao Primeiro Secretário que conversasse com o Presidente para que pudéssemos colocar em pauta essas autarquias, é um dever de ofício desta Casa, vamos colocar para que os Deputados apreciem. Estou percebendo que estamos vindo para este Poder e não temos matérias para discutir. As matérias estão aí há dois, três, quatro meses nas gavetas, os Deputados vêm e não conseguem discutir matéria alguma. Queria chamar atenção para esse tema. Caros Deputados, venham para o plenário, precisamos votar esta PEC, precisamos colocar um ponto final nisso. Não temos que ter medo. Eu já conversei com o Governador sobre essa PEC e já disse a ele que meu posicionamento é firme e não vou abrir mão. Não é possível que não consigamos ter quórum para votar uma matéria que vai ajudar milhares de pais de famílias do nosso Estado. Alguns dias atrás, o Deputado Remídio Monai deu uma entrevista na TV Roraima falando dos Deputados faltosos. Deputado Chicão da Silveira, há muito tempo não vemos este plenário discutindo coisas que interessam ao governo de Roraima e ao povo do nosso Estado. Parece que está tudo muito bom, não se sabatina ninguém, e tudo está uma maravilha. Eu não faço parte disso não, alguma coisa está errada, dizem que quando está muito certinho é porque algo está errado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Gabriel Picanço** – O Parlamento está tão desacreditado que o próprio Governador já mandou para cá e retirou pedindo autorização de uma Lei Delegada para mandar sozinho. Então, que fechem o Poder. Em novembro de 2013, convocamos, por este plenário, o Secretário de Agricultura deste Estado, o ex-Deputado Federal Berinho Bantim, que negociou seu mandato com o Márcio Junqueira, para que viessem prestar esclarecimento sobre a quantidade de calcário usado pela Secretaria de Agricultura e comprado por este Estado. Acredito que as notas fiscais devem ter chegado pela TAM ou na GOL, mas o calcário não chegou. O Secretário não teve coragem de vir aqui e ainda teve coragem de ir à televisão dizer que eu não tinha feito nenhuma convocação, mas eu trouxe e mostrei em plenário. Quero me juntar a Vossa Excelência quanto às pessoas que vão assumir essas estatais de economias mistas, para que venham ao plenário e a gente decida se são capazes ou não, para não ficarem 4, 5, 6 meses e serem substituídos sem a anuência desse Poder. Gostaria de convocar os colegas para que venham ao plenário e possamos votar essa PEC.

O Senhor Deputado **Jânio Xingú** continua – Pelo visto não temos quórum para votar a PEC, porque alguns Deputados dizem o seguinte, vamos votar a PEC, se der unanimidade, ela será arquivada porque precisamos de 16 votos para aprová-la. Terça-feira, vamos colocar aqui mil pessoas dentro desta Casa e vamos aprovar essa PEC, não vamos abrir mão. Não vamos dar ré nesse caso, que deve ser encerrado com vitória, doa a quem doer. Custe o que custar, não vamos abrir mão de aprová-la. Se alguém não votar, que coloque sua cara, vote contra, mas esteja aqui na terça-feira. Ninguém é obrigado a fazer o que não quer, mas o homem público não pode ficar atrás

da covardia. Eu sou assim, acabei de dizer ao Deputado Jalsner Renier, por quem tenho muito apreço e consideração, que não faço nada escondido. Na hora em que eu decidir quem vou apoiar para Deputado Federal e Senador, venho a esta Tribuna e digo. E dali para frente seguiremos juntos. É assim que um homem deve agir e trilhar seu caminho. Vou pedir ao Presidente desta Sessão que retire a PEC de pauta, porque não temos quórum para votá-la e não vamos arquivar o sonho dessas pessoas. Mas, na terça-feira, quero pedir ao Deputado Chico Guerra para colocá-la aqui e vamos aprová-la. Acabei de conversar com a Deputada Aurelina e ela disse que será favorável, vai se juntar a nós para aprovar essa PEC, realização do sonho de todo o povo roraimense. Obrigado.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 054/14, que requer prorrogação de prazo, por igual período, da Comissão Especial Interna criada para analisar a indicação do nome do Senhor Cícero Herio Carreira Batista, para exercer o cargo de Presidente da Companhia de Desenvolvimento de Roraima – CODESAIMA; Projeto de Lei nº 033/14, que “Altera dispositivo da Lei nº 390, de 14 de agosto de 2003, sobre a remuneração e participação nos Conselhos de deliberação coletiva da administração direta, autárquica e fundacional do Estado de Roraima, de autoria Governamental. Discussão e Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei Complementar nº 08/14, que “Altera Dispositivos da Lei Complementar nº 130, de 21 de Dezembro de 2007, que institui as Regiões Metropolitanas no Estado de Roraima, de autoria Governamental; Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 004/2014, o qual “Acresce Dispositivos Normativos ao ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT da Constituição do Estado de Roraima”.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Requerimento 054/14.

O Senhor Primeiro Secretário (**Brito Bezerra**) – (Lido o Requerimento nº 054/14).

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – Em discussão o Requerimento nº 054/14. Em votação. A votação será simbólica: os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão. Aprovado.

Por falta de quórum regimental, transiro o restante da pauta da Ordem do Dia para a próxima Sessão. Passaremos agora para o expediente de Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** – Eu queria usar este expediente apenas para convidar os Deputados Jalsner Renier, Chicão da Silveira, Aurelina Medeiros e Remídio Monai para, segunda-feira, às 10

horas, na sala de reunião, nos reunirmos para sabatinar a Magnífica Reitora da UNIVIR, Senhora Antônia Vieira. Obrigado, Senhor Presidente.

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** – Deputado Chicão, queria pedir a Vossa Excelência, na condução, neste momento, da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, que os colegas, quando registrarem os seus nomes, permaneçam em plenário. Parabéns, Deputado Chicão.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Não havendo mais nenhum Deputado que queira usar de Explicações Pessoais e, não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, convocando outra para o dia 24 de junho, à hora regimental.

Registraram a presença, na Sessão, os Senhores Deputados: Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Chicão da Silveira, Dhiego Coelho, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, George Melo, Jalsner Renier, Jânio Xingú, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Naldo da Loteria, Remídio Monai, Soldado Sampaio e Zé Reinaldo.

Aprovada Ata Sucinta em: 24/06/2014

DAS COMISSÕES

SECRETARIA LEGISLATIVA

DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA ÀS COMISSÕES

GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA ÀS COMISSÕES

COMISSÃO ESPECIAL EXTERNA CRIADA NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 020/14

Em 08 /07/14.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 002/14

Convoco os Senhores Deputados **Mecias de Jesus, Erci de Moraes, Brito Bezerra, Gabriel Picanço, Aurelina Medeiros, Naldo da Loteria, Soldado Sampaio, Rodrigo Jucá, Coronel Chagas e Ionilson Sampaio**, componentes da Comissão Especial Externa, criada nos termos da Resolução nº 020/14, que Analisa o Projeto de Lei Nº 028/14 que “**Dispõe sobre a Política Fundiária Rural e de Regularização Fundiária Rural do Estado de Roraima e dá outras providências**”, de autoria do Poder Executivo. Para Reunião Extraordinária desta Comissão, no dia 10 de julho (quinta -feira), às 8h, na Sala de Reuniões, altos do Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, deste Poder, para análise de deliberação das propostas acima citadas e o que houver.

Atenciosamente

Zé Reinaldo

Presidente da Comissão

O Poder Legislativo

trabalhando para VOCÊ

81

LEIS SANCIONADAS
EM 2013